

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006599-47.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **DEBORA CRISTINA SOUZA DE ANDRADE**
Requerido: **OTON CARVALHO CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afirmando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que foi até as dependências do réu visando à aquisição de imóvel que ele estaria intermediando.

Alegou ainda que foi no local atendida pela corretora Amanda, sendo que por solicitação da mesma realizaram o pagamento de R\$ 7.000,00, através de depósito bancário na conta do réu, a título de "entrada"

Salientaram que passados alguns dias desistiram da aquisição, pois ficaram sabendo que contra o réu existem várias ações judiciais.

Como não conseguiu obter o montante pago de volta, almejam à sua restituição.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O réu em contestação, asseverando que não firmou nenhum negócio com a autora e sequer na época dos fatos a corretora Amada trabalhava em sua empresa.

Ressalvaram que a comissão pela venda do imóvel seria de qualquer modo devida porque ocorreu a efetiva intermediação do negócio jurídico em apreço, ressalvando que a autora ainda lhe deve uma quantia pela rescisão do contrato.

As partes não manifestaram o desejo de produzir outras provas fls. 20 e 23.

O documento de fl. 03 atesta o recebimento do valor indicado a fl. 01 pelo réu.

A rescisão do contrato firmando entre as partes é incontroverso.

Assentada essa premissa, entendo que a devolução da quantia paga pela autora é de rigor, inclusive como forma de evitar o inconcebível enriquecimento sem causa que sucederia em seu detrimento a perfilhar-se entendimento contrário.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condena o réu a pagar à autora a importância de R\$7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**